

## *A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade<sup>1</sup>*

Clara Frayão CAMACHO<sup>2</sup>

A Rede Portuguesa de Museus (RPM) é um projecto recente no panorama museológico nacional, configurando-se progressivamente como uma nova realidade jurídico-administrativa, ainda em construção. Nascida no Instituto Português de Museus (IPM), a partir da Estrutura de Projecto constituída por este instituto no ano 2000, a RPM tem-se desenvolvido em duas vertentes complementares: a de rede de informação e a de rede física, sendo sobre alguns dos aspectos desta última que incide a presente comunicação. É nosso objectivo reflectir sobre o tema geral do painel, tomando como principais referentes os fundamentos e os parâmetros da RPM relativamente ao “enquadramento institucional, orgânico e funcional” dos museus em geral e em especial dos “museus com colecções de arqueologia”.

A par dos três eixos estruturantes da RPM – Informação, Formação e Qualificação, este último incluindo apoios técnicos e financeiros aos museus – o seu eixo transversal é constituído pela própria adesão voluntária dos museus, mediante a preparação de processos de candidatura, em que são identificados e caracterizados os “museus” candidatos, de acordo com os parâmetros e os quesitos constantes do Regulamento de Adesão à Rede Portuguesa de Museus. Estas candidaturas são objecto de uma apreciação técnica, incluindo visita, por parte da equipa da Estrutura de Projecto e de alguns directores de museus do IPM. Este processo, a par da decisão final tomada em conjunto com a direcção do IPM, é acompanhado de relatórios de avaliação e de aconselhamento técnico, incluindo recomendações aos museus. Na nossa avaliação, após dois anos de trabalho, os processos de candidatura à adesão significam muitas vezes um compromisso dos profissionais dos museus e das respectivas tutelas para promover acções de qualificação, bem como exprimem a vontade e o esforço de adoptar medidas concretas, seja na conservação preventiva, na acção educativa, na reprogramação museológica, seja na formação técnica do pessoal.

<sup>1</sup> O presente texto foi apresentado em 2002, na fase inicial da RPM. A sua publicação actual apenas tem interesse enquanto registo para memória futura.

<sup>2</sup> Foi Coordenadora da Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus de 2000 a 2005 e Subdirectora do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) de 2005 a 2009. Actualmente é técnica superior do IMC e doutoranda em Museologia.

São três os parâmetros em que assenta a adesão de museus à RPM:

1. cumprimento da função social;
2. observância dos cuidados de preservação e de valorização das colecções e dos acervos;
1. 3. condições de sustentabilidade.

Centrando-nos agora exclusivamente no terceiro parâmetro - a sustentabilidade - e de acordo com o Regulamento da Adesão à Rede Portuguesa de Museus, os quesitos são os seguintes:

- a. Quanto ao pessoal: “Os museus candidatos à RPM deverão possuir o pessoal necessário para que as funções do museu sejam devidamente desempenhadas, recursos que, preferencialmente, deverão estar inscritos na orgânica do próprio museu ou da sua entidade de tutela.”
- b. Quanto à orgânica: “A tutela deverá demonstrar a inserção orgânica clara do museu nos respectivos serviços, mediante documento juridicamente apropriado.”
- c. Quanto ao orçamento: “O orçamento deverá de igual modo corresponder a uma dotação suficiente às exigências do funcionamento e proporcionada ao cumprimento das actividades que os museus deverão desejavelmente desenvolver, consoante a sua escala e de acordo com a sua missão e objectivos.”

A documentação comprovativa solicitada é a seguinte:

2. a. Quanto ao pessoal: “Relação do pessoal inscrito no quadro próprio ou da tutela, ou outro pessoal como estagiários, voluntários, etc.”
- b. Quanto à orgânica: “Documento de carácter jurídico: lei orgânica, unidade orgânica inserida no regulamento de serviços da tutela (ex.: sector, divisão ou departamento); ou outro documento de teor afim.”
- c. Quanto ao orçamento: “Orçamento anual (próprio ou de dotação da entidade de tutela).”

Ao exemplificar a apreciação dos quesitos enunciados, começamos por nos deter em alguns casos, em que museus candidatos não preencheram todos os quesitos e entraram em “processo de adesão”, situação que permite aos museus beneficiarem de apoios técnicos e de duas linhas de apoio financeiro da RPM (programação e investigação) para se qualificarem.

Em alguns destes casos a inexistência, na entidade de tutela, de unidade orgânica própria para o museu ou para o museu e para o património, tem reflexos no desempenho de outros quesitos, como o do pessoal, e leva à confusão e à sobreposição de atribuições e de competências, com clara imprecisão das funções atribuídas ao pessoal técnico e com danosos reflexos na actuação do museu, cujas áreas funcionais ficam bastante descuradas. Exemplifiquemos: se o técnico superior responsável e com funções de direcção do museu se reparte entre a gestão das actividades de animação cultural do auditório municipal, a coordenação de espectáculos, as visitas guiadas ao património e a gestão do museu, é frequentemente o museu que sai penalizado, dada a menor visibilidade imediata de algumas das suas áreas funcionais, como a conservação

preventiva ou a documentação. Se o único técnico superior ao serviço do museu tiver ainda como funções a promoção directa de algumas das actividades anteriormente referidas, tais como a programação de actividades de animação cultural do auditório, a promoção de espectáculos e a efectivação de algumas visitas guiadas (porque é licenciado em História ou arqueólogo), é certamente o trabalho dedicado ao museu que é descurado, sobretudo áreas como o inventário e a conservação, mais internas e com menor visibilidade pública e simultaneamente necessitando de maior grau de especialização, de mais tempo e de continuidade.

Interroguemo-nos agora se os quesitos referidos para o parâmetro da sustentabilidade, que são comuns a todo o tipo de museus - na sua diversidade administrativa, disciplinar, temática, geográfica, em suma na diversidade das suas diferentes vocações e missões - assumem alguma especificidade própria no caso dos museus de arqueologia ou dos museus com colecções de arqueologia.

Ao introduzir os museus de arqueologia, começamos por evocar Luís Raposo, num texto de 1993, ao considerar que a “principal plataforma de avaliação de todo o Museu de Arqueologia estará certamente na sua autenticidade disciplinar”<sup>3</sup> que constitui o seu requisito programático fundamental. Concordando com este pressuposto, não podemos, contudo, deixar de referir que o crescimento exponencial de museus no nosso País não foi acompanhado por um reforço expressivo da programação museológica, área de planificação indispensável à criação de novos museus ou à reformulação das entidades museológicas mais antigas. Tendo em linha de conta o carácter simultaneamente teórico e funcional da programação museológica, a sua ausência ou a sua desvalorização têm inevitavelmente uma incidência directa no desempenho global do museu, na sua estruturação, no seu enquadramento orgânico e funcional e na sua gestão.

Voltamos à pergunta inicial: assumem os quesitos enunciados alguma especificidade no caso dos museus de arqueologia ou dos museus com colecções de arqueologia? Para responder a esta questão há que salientar alguns traços que, em nossa opinião, podem ser susceptíveis de distinguir os museus de arqueologia de outros museus, quanto ao cumprimento das funções museológicas:

- a. em primeiro lugar, a importância conferida nestes museus à *investigação*, com colecções maioritariamente provenientes de escavações, conduzidas por equipas de arqueólogos, ou seja, por especialistas, que são mentores de projectos de investigação específica em determinados territórios;
- b. em segundo lugar, e na decorrência da anterior característica, a relevância também conferida à complexa *documentação* dos bens que integram estas colecções, desenvolvendo procedimentos e metodologias específicas de registo e de documentação de bens que chegam, na maior parte dos casos, sob a forma de fragmentos e distinguindo com precisão a documentação de campo da documentação museológica;
- c. em terceiro lugar, e no que respeita à *conservação*, estes museus estão por vezes equipados para proceder à conservação preventiva e mesmo ao restauro dos

---

<sup>3</sup> RAPOSO, Luís, “Museus de Arqueologia” in *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 204.

bens arqueológicos, incluindo nas respectivas instalações laboratórios com este fim, ou, quando isto não sucede, recorrendo a entidades especializadas;

- d. em quarto lugar, a importância conferida às funções museológicas já referidas tem reflexos significativos nas actividades de *comunicação* com o público, nomeadamente nas exposições e nas publicações. Nestas últimas salientam-se duas linhas complementares, as de carácter científico que vêm ampliar o conhecimento das colecções e dos territórios, e as de carácter pedagógico, embora menos frequentes.
- e. finalmente no que respeita à *educação*, são comuns nos museus de arqueologia a promoção da descoberta dos territórios e da relação com os sítios arqueológicos, mediante a realização de percursos patrimoniais e de actividades relacionadas com a aprendizagem das técnicas de investigação e de conservação.

Tendo presente que os aspectos precedentes introduzem alguns elementos de distinção dos museus de arqueologia face a outros tipos de museus, que reflexos têm estes aspectos na adopção dos parâmetros de sustentabilidade enunciados pela RPM? Sem colocar em causa a universalidade de aplicação à globalidade das unidades museológicas portuguesas dos quesitos atrás enunciados, uma análise mais fina dos museus de arqueologia, ou mesmo dos museus com colecções de arqueologia, poderá assinalar algumas particularidades. Assim, para tentar responder à pergunta anterior, passaremos a tomar como base de análise os museus de arqueologia que actualmente integram a RPM.

De entre os noventa e sete museus actualmente integrados na RPM<sup>4</sup>, nove são museus de Arqueologia:

Museus	Tutela
Museu Nacional de Arqueologia – Lisboa	Administração central - Instituto Português de Museus
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa - Braga	
Museu Monográfico de Conímbriga	
Museu de Mértola	Administração local
Museu Municipal Abade de Pedrosa - Santo Tirso)	
Museu Municipal Pedro Nunes - Alcácer do Sal)	
Museu da Villa romana do Rabaçal	
Museu Arqueológico de são Miguel de Odrinhas - Sintra)	
Museu da Casa Grande de Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa	Privada - Associação

Quadro I – Museus de Arqueologia da RPM

<sup>4</sup> Número de museus integrados na RPM até 18 de Maio de 2003, data em que passaram a cento e catorze.

Se tomarmos também como critério de distinção, dentro dos museus pluridisciplinares ou mistos, os “museus com colecções de arqueologia” que integram a RPM a presente lista alarga-se substancialmente passando a trinta e um museus que possuem colecções arqueológicas, ocupando algumas delas um lugar preponderante dentro da distribuição relativa das colecções. Sabendo-se da dificuldade em classificar tipológica e disciplinarmente os museus e conhecendo-se a diversidade de critérios utilizados, não apenas no plano nacional, mas também no plano internacional – onde actualmente as estatísticas europeias utilizadas pelo *Eurostat* assentam em critérios diferentes dos da UNESCO – optámos por colocar no primeiro grupo – “museus de arqueologia” - os museus exclusivamente constituídos por colecções de arqueologia ou aqueles em que a preponderância destes bens é evidente em todas as funções museológicas, da investigação à exposição. Não podemos, contudo, deixar de salientar o facto de este segundo grupo de museus – “pluridisciplinares com colecções de arqueologia” - constituírem no quadro global actual da RPM cerca de um terço do seu universo museológico. Com efeito, se somarmos ambos os grupos obtemos um total de quarenta museus – quase 40% - do total dos museus RPM.

<b>Museus</b>	<b>Tutela</b>
Museu do Abade de Baçal - Bragança	Administração central
Museu de Évora	
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior – Castelo Branco	
Museu da Guarda	
Museu de Lamego	
Museu Nacional de Machado de Castro - Coimbra	
Museu dos Lanifícios - Covilhã	Administração central
Museu da Quinta das Cruzes - Funchal	Administração regional
Museu de Angra do Heroísmo	
Ecomuseu Municipal do Seixal	Administração local
Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real	
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique - Faro	
Museu Municipal de Alcochete	
Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso - Amarante	
Museu Municipal de Coruche	

Museu Municipal de Esposende	Administração local
Museu Municipal de Etnologia e História da Póvoa de Varzim	
Museu Municipal Leonel Trindade – Torres Vedras	
Museu Municipal de Moura	
Museu Municipal de Portimão	
Museu Municipal de Santarém	
Museu Municipal de Santiago do Cacém	
Museu Municipal de Tavira	
Museu Municipal de Torres Novas	
Museu Municipal de Vale de Cambra	
Museu Municipal de Viana do Castelo	
Museu Municipal de Vila Franca de Xira	
Museu da Pedra - Cantanhede	
Museu Regional de Paredes de Coura	
Museu de Setúbal – Convento de Jesus	
Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa	Privada – Fundação

Quadro II – Museus com colecções de arqueologia da RPM

Pese embora a diversidade dos museus pluridisciplinares com colecções de arqueologia que acabamos de enumerar e a ausência de recolha de alguns dados que seriam imprescindíveis a uma análise mais aprofundada sobre a diferenciação introduzida pela dominância, ou não, destas colecções no contexto do acervo do museu, passaremos a analisar e a caracterizar sumariamente todo este conjunto de museus que actualmente integram a RPM. Deste modo, que conclusões podemos tirar da análise destes museus à luz dos parâmetros de sustentabilidade a que nos temos vindo a referir?

### 1 - Pessoal

- a. Quanto à direcção do museu – Dentro de um amplo leque de casos, entre as quais muitas vezes à direcção do museu não responde um cargo formal mas apenas o de “técnico responsável”, verificam-se com mais frequência três

situações. Nalguns casos é ao arqueólogo que está cometida a direcção do museu; noutros casos, raros, o arqueólogo possui também formação em Museologia; uma terceira situação ocorre quando a direcção está atribuída ao conservador ou ao técnico com formação em Museologia e ao arqueólogo a função de técnico superior.

- b. Quanto à relação do pessoal (inscrito no quadro próprio ou da tutela, ou outro pessoal como estagiários ou voluntários) - A principal diferença encontrada nos museus de arqueologia ou com colecções de arqueologia, como consequência mais imediata da sua tipologia, é a inserção no museu de pessoal das carreiras da área funcional de arqueologia, designadamente a existência de arqueólogos nestes museus, mas também a existência de pessoal nas categorias de assistente de arqueólogo, desenhador de arqueologia e operário de arqueologia. Em qualquer das situações detectadas o primado à investigação de carácter disciplinar é uma constante nos museus de arqueologia, atrevendo-nos mesmo a dizer que merece um lugar mais destacado e mais evidente, com reflexos na especialização do pessoal, do que em outros tipos de museus, dado o carácter especializado da actividade arqueológica, ou seja, como já referimos, dos métodos de recolha, de incorporação e de documentação. No entanto, os quadros de pessoal destes museus são muito variáveis, consoante a tutela, a vocação e a dimensão dos mesmos.
- c. Outro traço comum a estes museus é a cooperação com outros especialistas e investigadores externos ao museu, nomeadamente arqueólogos, seja oriundos de outros museus de maior dimensão e com quadros mais especializados, seja provenientes de universidades ou de outras instituições culturais e científicas. É de salientar em museus do norte do País a ligação e a articulação estabelecida entre museus locais e o Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. À escala do país, a cooperação, nalguns sectores funcionais, com o próprio Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Monográfico de Conímbriga, são também realidades a referir. A articulação de recursos humanos internos e externos ao museu parece ser, assim, uma característica prevalectente.

## **2- Orgânica:**

- a. Nos museus dependentes do IPM, como o Museu Nacional de Arqueologia é a sua lei orgânica que lhe confere o estatuto jurídico próprio (não a personalidade jurídica) face à entidade de tutela, o IPM, do qual é um serviço dependente.
- b. Nos museus municipais, a existência de uma unidade orgânica inserida no regulamento de serviços da tutela efectua-se seja ao nível mais inferior de sector, seja ao nível de divisão, ou mesmo de departamento. Nestes casos as orgânicas podem ser simplesmente referentes a museu, a património, a arqueologia ou existir ligação aos gabinetes de arqueologia, modo de funcionamento herdada dos anos oitenta e noventa do século XX e comum a alguns municípios. Nestes casos é absolutamente necessária a boa articulação e coordenação entre esses gabinetes e os museus com colecções de arqueologia. Alguns exemplos de unidades orgânicas nos museus municipais da RPM: Sector de Museus, Sector

de Museus e Património Histórico, Sector ou Serviço do Museu Municipal; Divisão de Património e Museus, Divisão de Património Histórico-Natural, Divisão de Património e Museus Municipais, Divisão de Bibliotecas e Museus. A recomendação mais frequente da RPM é para a criação de divisões.

- c. Uma situação diferente respeitante às orgânicas é a dos museus privados, entre as quais citamos os exemplos de um museu associativo e de um museu de uma fundação, cuja estruturação remete no primeiro caso para serviços de turismo da associação de tutela e no segundo para os serviços de museu e biblioteca da fundação.

### **3- Orçamento:**

- a. A especificação orçamental em rubricas próprias e discriminadas, indicadoras das actividades constantes do Plano de Actividades do museu, é um objectivo que a RPM tem vindo a prosseguir, por meio de recomendações às instituições de tutela dos museus. Contudo, são pouco frequentes os casos em que esta discriminação orçamental é observada, não nos permitindo, por conseguinte, saber se a condição de museu de arqueologia tem reflexos orçamentais significativos em actividades próprias, como por exemplo nas actividades de escavação arqueológica.
- b. Nalguns casos é contemplada rubrica própria para escavações arqueológicas, por vezes também é inserida rubrica para a manutenção de sítios arqueológicos, aspecto que indicia uma articulação entre o domínio patrimonial e o museológico. Noutros casos estas rubricas abrem-se à divulgação conjunta do património edificado, do arqueológico e do etnográfico.
- c. Finalmente os campos da articulação institucional, da captação e da rentabilização de recursos orçamentais diversos são também comuns a alguns destes indicadores orçamentais, designadamente nos casos em que os museus são alvo de apoios comunitários para projectos europeus.

Tendo em atenção que os dados apresentados correspondem a um universo bastante delimitado e balizado apenas pela pertença à RPM e tornando-se evidente a existência entre estes museus dos traços comuns salientados, a nossa atenção centra-se actualmente não apenas num maior apuramento do conhecimento da realidade museológica portuguesa e das suas especificidades, mas também, e sobretudo, na utilização deste conhecimento como plataforma de reflexão para delinear políticas de actuação eficazes no quadro da RPM.

A terminar, gostaria de referir que a Lei-Quadro de Museus, actualmente em fase de preparação técnica pelo IPM, com o apoio de um grupo formado no seio do respectivo Conselho Consultivo, virá, assim o esperamos e desejamos, a assegurar um quadro legal de referência para os museus portugueses, designadamente nos aspectos de parametrização institucional, orgânica e funcional que constituem o tema central deste painel.